



JORNAL OFICIAL

I SÉRIE – NÚMERO 13
SEXTA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 2009

ÍNDICE:

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução n.º 16/2009:

Cria o Programa de Valorização Profissional (PVP) e aprova o seu regulamento.

Resolução n.º 17/2009:

Cria um Programa Complementar de Apoio aos Projectos de Investimento

**JORNAL OFICIAL**

promovidos pelos agricultores da Região Autónoma dos Açores, no âmbito do PRORURAL.

Resolução n.º 18/2009:

Cria o Programa de Consultadoria Estratégica Empresarial (PCEE).

Resolução n.º 19/2009:

O Governo resolve que a regulamentação para o apoio à implementação, intervenção ou participação num ou mais Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional, é definida por portaria do membro do Governo Regional com competências em matéria de finanças.

Resolução n.º 20/2009:

Altera a alínea d) do n.º 1 da Resolução n.º 226/96, de 26 de Setembro.

**JORNAL OFICIAL****PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL****Resolução do Conselho do Governo n.º 16/2009 de 30 de Janeiro de 2009**

A actividade económica geradora de emprego e de riqueza pode, por razões de sazonalidade, sofrer quebras que coloquem em risco o normal funcionamento do mercado de emprego e da economia.

Neste contexto, importa reforçar o clima de segurança e estabilidade do emprego e a concretização de políticas que promovam a valorização dos recursos humanos, através da divulgação de boas práticas empresariais e da concretização de acções de formação profissional intra-empresas e de planos de formação específicos.

Assim, no uso das competências que lhe são conferidas pelas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Conselho do Governo resolve:

1. Criar o Programa de Valorização Profissional (PVP).
2. O Programa de Valorização Profissional visa qualificar os trabalhadores em momentos de baixa de actividade económica transitória, de carácter sazonal, de modo a melhorar a sua situação profissional, a sua empregabilidade, bem como aumentar a qualidade do tecido empresarial açoriano.
3. O Programa de Valorização Profissional concretiza-se através de medidas de apoio às empresas e recursos humanos afectados por baixa da actividade económica motivada por razões de sazonalidade.
4. O Programa de Valorização Profissional operacionaliza-se no âmbito dos Despachos n.ºs 112/2008, 113/2008, 114/2008, todos de 21 de Fevereiro, e 162/2008, de 28 de Fevereiro, da Vice-Presidência do Governo Regional, e do Despacho Normativo n.º 8/2008, de 12 de Fevereiro, da Secretaria Regional da Educação e Ciência.
5. Nos casos em que haja lugar a suspensão de contratos de trabalho nos termos dos artigos 335.º a 353.º do Código do Trabalho, a compensação retributiva referida nos artigos 343.º e 344.º, devida pelas empresas aos trabalhadores inseridos em Acções de formação, é reembolsada à empresa pelo Fundo Regional de Emprego, por força dos n.ºs 3 e 4 do Artigo 344.º do mesmo Código.
6. Os encargos decorrentes da componente regional do Programa de Valorização Profissional referida no n.º 4 do artigo 5.º do regulamento anexo, serão assegurados pelo orçamento do Fundo Regional do Emprego.
7. A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

**JORNAL OFICIAL**

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 16 de Janeiro de 2009.
- O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

ANEXO**Regulamento do Programa Valorização Profissional****Artigo 1.º****(Objecto)**

O presente regulamento define os termos de execução do “Programa Valorização Profissional”, designado por PVP

Artigo 2.º**(Objectivo)**

O Programa Valorização Profissional tem os seguintes objectivos:

- a) Qualificar activos que se encontram em períodos temporários de inactividade por baixa de actividade sazonal comprovada, através de Planos de formação profissional;
- b) Manter o nível de emprego das empresas com sede na Região;
- c) Permitir que as empresas adquiram competências acrescidas que visem melhorar o seu funcionamento e competitividade
- d) Prevenir a ocorrência de repercussões negativas no mercado de trabalho geradas por factores de instabilidade financeira externos à Região;
- e) Combater a redução do número e qualidade de postos de trabalho existentes numa entidade empregadora.

Artigo 3.º**(Destinatários e condições de acesso)**

1- Podem beneficiar dos apoios Programa Valorização Profissional as pessoas colectivas de direito privado, de natureza empresarial, do Sector do Turismo, que desenvolvem a actividade enquadrada na Lista de Classificações das Actividades Económicas (CAE), Rev. 3 – DL381/07, de 14 de Março : Secção I – Alojamento, restauração e similares e Secção R – especificamente - Grupo 932- Actividade de diversão e recreativas, com sede na Região, desde que se reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Tenham desenhado um programa de melhoria de funcionamento da empresa em que se integre, como indispensável, Planos de formação dos trabalhadores permanentes;
- b) Tenham cumprido, para a suspensão do Contrato de Trabalho, o estipulado nos Artigo 335º a Artigo 353º do Código do Trabalho

**JORNAL OFICIAL**

c) Tenha procedido às comunicações referidas no Artigo 336º do Código do Trabalho à Direcção Regional competente em matéria de Trabalho.

d) Tenham os trabalhadores permanente e abrangidos por um Plano ou Acções de formação, nos termos dos Despachos n.ºs 112/2008, 113/2008, 114/2008, todos de 21 de Fevereiro, e n.º 162/2008, de 28 de Fevereiro, da Vice-presidência do Governo Regional e Despacho Normativo n.º 8/2008, de 12 de Fevereiro, da Secretaria Regional de Educação e Ciência;

e) Tenham demonstrado a pertinência desta suspensão do contrato de Trabalho;

f) Não tenham efectuado despedimentos colectivos no período de um ano antecedente ao pedido;

2- Podem ser abrangidos apenas os trabalhadores que constem dos Quadros de Pessoal entregues pela entidade nos termos legais, e que tenham estabelecido com esta um contrato de trabalho sem termo.

Artigo 4.º**(Obrigações das entidades beneficiárias)**

1- Durante o período de redução, sem prejuízo das condições referidas nos artigos anteriores, deverão as entidades empregadoras beneficiárias cumprir cumulativamente os seguintes pontos:

a) Manter o nível líquido de emprego até final do PVP;

b) Pagar pontualmente a compensação retributiva;

c) Pagar pontualmente as contribuições para a segurança social referentes à retribuição efectivamente auferida pelo trabalhador;

d) Não distribuir lucros, sob qualquer forma, nomeadamente a título de levantamento por conta;

e) Não admitir novos trabalhadores ou renovar contratos para o preenchimento de posto de trabalho, susceptíveis de serem ocupados por trabalhadores em regime de suspensão;

g) Não efectuar aumentos na retribuição dos sócios da empresa durante o período de concessão do empréstimo;

2- O nível líquido de emprego a que se reporta a alínea a) do número anterior compreende o número global de postos de trabalho constantes da folha de remunerações da Segurança Social do mês anterior ao da apresentação da candidatura.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 5.º**(Compensação retributiva)**

1- Durante a suspensão, o trabalhador tem direito a receber uma compensação retributiva para lhe assegurar uma retribuição mensal equivalente a dois terços da sua retribuição normal ilíquida, ou à retribuição mínima legalmente garantida.

2- A compensação retributiva não pode implicar uma retribuição mensal superior ao triplo da retribuição mínima mensal garantida.

3- A compensação retributiva devida a cada trabalhador é garantida em 30% pelo seu empregador, e em 70% pela Segurança Social, nos termos dos artigos 343º e 344º do Código do Trabalho.

4- Nos termos dos n.ºs 2, 3 e 4 do Artigo 344º do Código do Trabalho, os 30% da compensação retributiva devida pelo empregador são reembolsados às empresas pelo Fundo Regional de Emprego.

Artigo 6.º**(Candidatura e procedimento)**

1- O Director Regional competente em matéria de Trabalho procederá à emissão de todas as orientações necessárias à boa execução e à fluidez dos procedimentos do Programa de Valorização Profissional.

2- Para análise económica e financeira das candidaturas a Direcção Regional competente em matéria de Trabalho pode solicitar colaboração de outros órgãos ou serviços da Administração Regional.

3- Sem prejuízo da comparticipação de outras entidades a que haja lugar, a aprovação das candidaturas está dependente da disponibilidade financeira do Fundo Regional do Emprego orçamentada para cada ano.

4- Sempre que o processo esteja retido por período superior a 45 dias por motivos imputáveis à entidade requerente, será arquivado.

Artigo 7.º**(Acompanhamento e fiscalização)**

A Direcção Regional competente em matéria de Trabalho acompanha os processos, através da Inspecção Regional do Trabalho, do Fundo Regional do Emprego, e da equipa técnica do Pro-Emprego, devendo as entidades beneficiárias facilitar todas as informações relativas aos mesmos.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 8.º

(Incumprimento)

O incumprimento injustificado do disposto no presente diploma, ou a aplicação indevida do apoio recebido, bem como a violação do contrato de concessão do incentivo, determina a obrigação de reposição imediata dos valores disponibilizados, podendo o Fundo Regional do Emprego executar a cobrança coerciva dos mesmos, de acordo com a lei geral.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Resolução do Conselho do Governo n.º 17/2009 de 30 de Janeiro de 2009**

Considerando que se tem verificado um clima generalizado de investimento no sector agrícola e que, com o advento do Novo Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores – o PRORURAL, continuam a existir fundadas expectativas no aprofundamento de tal investimento, em particular nas explorações agrícolas;

Considerando o benefício decorrente da adequação dos planos financeiros dos investimentos acompanhados por fundos públicos, comunitários e regionais, com a respectiva execução material;

Considerando que os encargos financeiros decorrentes do diferimento entre a execução material e financeira dos projectos de investimento dirigidos à modernização das estruturas fundiárias e das explorações, acarretam dificuldades que se repercutem negativamente na respectiva estrutura de custos.

Considerando as vantagens decorrentes da estabilidade e previsibilidade dos apoios ao investimento nas explorações agrícolas.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a), d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Conselho do Governo resolve:

1. Criar um Programa Complementar de Apoio aos Projectos de Investimento promovidos pelos agricultores da Região Autónoma dos Açores, no âmbito do PRORURAL.
2. O referido programa visa eliminar os custos financeiros decorrentes do diferimento entre a execução material e financeira dos investimentos apoiados pelo Prorural, nos termos e condições constantes do contrato de financiamento a celebrar entre os promotores e a Entidade Gestora daquele programa.
3. A disponibilização das verbas provenientes dos fundos comunitários e regionais será feita através de Instituições de Crédito com sede ou representação na Região, com as quais sejam celebrados protocolos de cooperação.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL

Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt

**JORNAL OFICIAL**

4. Nos Protocolos de Cooperação com as Instituições de Crédito aderentes, o Governo dos Açores será representado pelo Vice-Presidente do Governo Regional e pelo Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

5. A disponibilização das verbas provenientes dos fundos comunitários e regionais será feita mediante pedido do promotor agricultor, apresentado à Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário e acompanhado de cópia dos documentos comprovativos da execução material e do pagamento do investimento contratado e validado pela entidade gestora do Prorural, nos termos do respectivo contrato e da regulamentação em vigor.

6. Os procedimentos da execução financeira dos projectos de investimento deverão ser evidenciados na conta bancária onde os mesmos se encontram domiciliados.

7. Os juros relativos aos valores para pagamento validados pela entidade gestora do Prorural e disponibilizados pela instituição de crédito, serão calculados no âmbito dos protocolos referidos no n.º 4 da presente Resolução.

8. Os encargos resultantes da presente Resolução serão suportados por conta das dotações inscritas no Plano Regional Anual e afectas ao Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal, Acção – Modernização das explorações Agrícolas.

9. A presente Resolução entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 16 de Janeiro de 2009.
- O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Resolução do Conselho do Governo n.º 18/2009 de 30 de Janeiro de 2009**

As mutações rápidas e profundas, quer a nível internacional, quer a nível regional, da envolvência do tecido empresarial, colocam a necessidade de uma clarividência alargada das condições de funcionamento das empresas e da estratégia que estas empresas necessitam de desenhar para o seu desenvolvimento e competitividade.

Considera-se, assim, ser de particular interesse promover medidas que fomentem a clarificação das oportunidades, das fragilidades, das potencialidades e das dificuldades que se colocam às empresas açorianas.

Importa, também, potenciar o estabelecido no Programa Pro-Emprego, apostando na generalização da modalidade da formação – consultadoria estratégica a micro e a PME, inserindo a formação de empresários e de activos empregados no quadro de uma visão estratégica global à empresa e identificando necessidades de formação associadas, objectivos

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL**Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt

**JORNAL OFICIAL**

estabelecidos naquele Programa nas Tipologias T3.2 – Formação Profissional Intra – Empresas, e T6.4 – Qualificação para a Modernização do Terceiro Sector.

Assim, no uso das competências que lhe são conferidas pelas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Conselho do Governo resolve:

1. Criar o Programa de Consultadoria Estratégica Empresarial (PCEE).
2. O Programa de Consultadoria Estratégica Empresarial visa criar condições para que as empresas regionais sejam mais conscientes das suas potencialidades e das suas oportunidades, através das recomendações que decorrem de Diagnósticos estratégicos empresariais.
3. O Programa de Consultadoria Estratégica Empresarial operacionaliza-se através do Despacho n.º 112/2008, de 21 de Fevereiro de 2008.
4. Para executar este programa devem os Consultores estar inscritos na Bolsa Regional de Consultores estabelecida na Resolução que cria a bolsa regional de consultores.
5. A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 16 de Janeiro de 2009.
- O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Resolução do Conselho do Governo n.º 19/2009 de 30 de Janeiro de 2009**

Considerando que a Lei do Orçamento de Estado para 2009 (Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro), introduziu a figura dos Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional (FIIAH), entretanto regulamentada pela Portaria n.º 1553-A/2008, de 31 de Dezembro.

Considerando que esse tipo de Fundo é um instrumento que pretende, por um lado, assegurar um apoio adicional e complementar às famílias, com vista ao desagregamento dos seus encargos e, por outro, dinamizar o mercado de arrendamento habitacional.

Considerando que esse Fundo tem associado um quadro tributário muito vantajoso.

Considerando que já existem diversas instituições financeiras que, no âmbito desse Fundo, estão preparadas para disponibilizar e garantir o acesso a esse regime habitacional.

Considerando as diversas vantagens proporcionadas pelo recurso a instrumentos que conjugam a componente social, de apoio às famílias, e por outro lado, uma vertente

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL**Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt

**JORNAL OFICIAL**

económica, que permita aos proprietários de imóveis colocá-los no mercado de transacções imobiliárias e de arrendamento.

Considerando que, apesar de todas essas vantagens, pode ser necessário alargar o âmbito de aplicação desses instrumentos, levando-os a mais famílias e mais localidades regionais.

Considerando que na actual conjuntura económica existem oportunidades para dinamizar ou implementar alguns instrumentos de investimento abrangentes que criem dimensão e, simultaneamente, se constituam como um catalisador do tecido económico e garante da manutenção e mesmo impulsionador do desenvolvimento do mercado de trabalho.

Considerando que a constituição e gestão dos Fundos de Investimento Imobiliário estão fortemente regulamentados pelo disposto no Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Imobiliário.

Assim, nos termos das alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Conselho do Governo resolve:

1. A regulamentação para o apoio à implementação, intervenção ou participação num ou mais Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional, é definida por portaria do membro do Governo Regional com competências em matéria de finanças.

2. Autorizar o membro do Governo Regional com competências em matéria de finanças a criar ou participar num Fundo de Investimento Imobiliário, com as indispensáveis características de abrangência regional e de salvaguarda das especificidades locais que fomentem, de forma directa e indirecta, a criação de condições para o permanente desenvolvimento social e económico com incremento de valor acrescentado e riqueza regional.

3. A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 16 de Janeiro de 2009.
- O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Resolução do Conselho do Governo n.º 20/2009 de 30 de Janeiro de 2009**

Considerando o comportamento do preço do petróleo no mercado internacional, importa proceder a um ajustamento nas taxas de imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP);

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 566/99, de 22 de Dezembro, com a redacção dada pelo n.º 3 do artigo 86.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e tendo em conta o disposto no n.º 1 do n.º 3.º da Resolução n.º 186-B/2002, de 19 de Dezembro, o Conselho do Governo resolve:

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL**Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt



JORNAL OFICIAL

1. A alínea d) do n.º 1 da Resolução n.º 226/96, de 26 de Setembro, passa a ter a seguinte redacção:

“ 1 – (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) € 220,000 por 1.000 litros, aplicável ao gasóleo classificado pelos códigos da Nomenclatura Combinada (NC) 2710 19 41 a 2710 19 49.”

2. A presente resolução produz efeitos a partir do dia 1 de Fevereiro de 2009.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 16 de Janeiro de 2009.
- O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.